

Presidente no ar

O governo tem vivido num sufoco, num desatino de provocações que se sucedem em procissão interminável, como se a cada dia se renovassem os desafios e tribulações. Não bastam as inquietações que brotam e florescem na área administrativa, em desfile de trapalhadas de criatividade inesgotável. O recente episódio envolvendo o absolvido ministro do Trabalho e Previdência Social, Antônio Rogério Magri, aflora como o melhor exemplo dos desacertos oficiais, montados na esteira de muitos e notórios equívocos.



Mas, não há como ensinar o governo a gerir o país. Acertos e erros devem ser debitados na conta da escolha do eleitorado na hora decisiva do voto. Talvez as lições de experiências traumáticas acabem por amadurecer equipe jovem e insegura, equilibrada na corda bamba da incerteza sobre o amanhã.

Além dos sobressaltos na administração tumultuada e tateante, o governo purga a aparentemente insanável instabilidade política, a agravar-se com o desgaste dos equívocos e alcançando patamares realmente preocupantes.

Os últimos dias têm sido especialmente amargos. Não se passa dia sem que o Congresso pregue ao presidente sustos de tirar o fôlego, disparar os batimentos do coração e inquietar noites povoadas pelos fantasmas da insônia.

Por assim dizer, o governo joga na loteria do imprevisível a cada votação importante, seja no Congresso, seja no Senado ou na Câmara e até nas comissões. É um nunca acabar de angústias. Nada mais é aprovado com a tranquilidade dos acertos firmados de véspera ou com a segurança de maioria solidamente confiável.

A tramitação da Medida Provisória 296, que reajusta desigualmente salários de servidores civis e militares, vem sacolejando como se empurrada na birutice de montanha-russa. Acabou mantida por falta de quórum, graças ao expediente utilizado pela liderança governista em desespero, de retirar a bancada do plenário. Ora, esse é um clássico recurso da oposição ou, mais precisamente, da minoria. Maioria que se preza, não se omite, vota.

Lavra, solta e louca, a desobediência anárquica. Na Câmara como no Senado, costumeiramente sisudo e bem comportado na serenidade de Casa menor, a facilitar a intimidade e apaziguada pelos anos que embranquecem os cabelos dos 83 representantes dos estados. Pois, o presidente Collor de Mello está ameaçado de embarcar, na próxima terça-feira, para os Estados Unidos sem levar na bagagem o trunfo da aprovação pelo Senado do acordo com os bancos credores para a renegociação dos US\$ 9 bilhões de juros atrasados da dívida externa.

Não se está aqui examinando se o acordo deve ou não ser aprovado. O que se destaca é a extrema fragilidade parlamentar de governo à mercê do acaso, dos ventos que sopram no momento, da boa vontade de bancadas amolecidas por agrados ou contidas pelos governadores — por sua vez agraciados pela ciranda dos favores, posta a girar como recurso de emergência para suprir deficiência estrutural.

Outros exemplos, às dúzias, podem ser alinhados. Não é necessário: é notória a desordem do quadro partidário e a bagunça que grassa pelo Congresso, inteiramente perdido no clima caótico que denuncia uma gravíssima crise institucional.

Pois é disso que se trata. As características peculiares do governo apenas expõem e acentuam a barafunda.

O pior é que não há solução à vista nem remédio que possa ser receitado para suavizar a agonia do desenganado.

O mal vem de longe, enraiza-se no artificialismo da organização partidária imposta e remexida pelo casuismo dos quase 21 anos de arbítrio e no processo de perversão galopante que se desenvolve no corpo enfermo.

Estamos na vertigem do círculo vicioso. Os partidos, com raras e débeis exceções, padecem da repugnada rejeição da sociedade. Vítimas da praga que acomete toda a atividade política. Baixaram, portanto, à categoria de dispensáveis, a não ser para a serventia cartorial do registro de candidatos. O que não constitui problema: alugar legenda ou simplesmente fundar novo partido é operação simples e, conforme o caso, não custa caro. Há mercadoria para todo o preço, dependendo das condições do negócio.

Uma vez que os partidos valem pouco ou nada na campanha, é inevitável que também não mereçam apreço da sociedade na rotina da atividade parlamentar.

Parte substancial da balbúrdia do Congresso corre por conta do esvaziamento desmoralizante dos partidos. Alega-se que o Legislativo vive fase afirmativa de total independência e cada parlamentar decide seu voto seguindo os ditames da sua consciência. Bonito, não? Mas, apenas desculpa, e das mais rotas. Se fosse verdade, então para que partidos?

A complexidade da crise reclama cuidados na investigação das suas causas profundas. A realidade está aí mesmo, com toda a brutalidade da denúncia das perversões que deformam o regime e aviltam a democracia.

A tal ponto que está sendo admitido como normal o processo eleitoral, montado segundo as instruções da trapaça para a armação de máquina para produzir vitórias, de preferência em eleições diretas.

O produto a ser vendido não pode ter idéias próprias nem carregar o estorvo de convicções. Deve papaguear o que o eleitor deseja ouvir, segundo apuração técnica das pesquisas. O mais é o desempenho no rádio e na televisão, que também se aprende ou se aprimora com especialistas em comunicação.

A operação reclama financiamentos fantásticos. Partidos em frangalhos não têm centavo em caixa para pagar a conta. Engorda-se a "caixinha" correndo a praça, batendo às portas que se abrem ou escancaram conforme o impulso do interesse.

É isso aí. O eleito por tais manipulações marotas assume enredado por oblíquos compromissos e absolutamente no ar, desamparado pelos partidos que renegou, sem base parlamentar para sustentar uma linha coerente e firme.

Agüenta-se, porque insubstituível. Mas não tem sossego, vive em pânico, fingindo que está firme e forte e até acreditando que não é personagem de último ato, de fim de festa.